

MEMÓRIA DO EVENTO

IV ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ACRE

Introdução

Nome: IV Encontro Estadual dos Conselhos de Alimentação Escolar do Acre

Data: 12 e 13 de agosto de 2026.

Local: Auditório do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (SINTEAC), situado à Rua Epaminondas Jácome, nº 281, Centro – CEP: 69970-000 – Tarauacá/AC.

Objetivo do evento

Idealizado e organizado pelo Conselho de Alimentação Escolar do Acre (CAEAC) e pelo Conselho de Alimentação Escolar do Município de Tarauacá, o encontro deste ano trouxe como tema: “CAE em Foco: Autonomia e Parcerias no Controle Social”, com o objetivo de promover reflexão e debate sobre os principais desafios enfrentados pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), desde sua composição até o pleno exercício de suas atribuições. Buscou-se destacar caminhos como a autonomia e as parcerias institucionais, visando ao fortalecimento do Controle Social no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Público Alvo

Conselheiros dos CAEs, gestores do PNAE, nutricionistas, agricultores familiares e educadores de todo o Estado do Acre, estendendo-se também ao Estado de Rondônia e à cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Organização e Contexto

O Conselho de Alimentação Escolar do Acre (CAEAC) e o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Tarauacá foram os responsáveis pela realização da IV edição dos encontros estaduais, com o apoio da Prefeitura de Tarauacá, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC), das representações da SEE nos municípios de Tarauacá e Feijó, e do Colegiado de Presidentes de Conselhos de Alimentação Escolar do Acre (COPCAES/AC);

O IV Encontro Estadual de CAEs surgiu da necessidade de qualificar conselheiros para uma atuação plena e consciente. Ressalta-se que tais encontros têm se configurado como o único espaço de formação em âmbito estadual destinado aos Conselhos de Alimentação Escolar. Além disso, destacou-se a importância da autonomia financeira dos CAEs como condição essencial para a efetividade de suas atribuições. O tema foi tratado como eixo central do encontro, sendo exemplificado pela experiência concreta de um Conselho de Alimentação Escolar que já alcançou essa condição de autonomia – o CAE de São Gonçalo/RJ.

O evento também destacou a importância de fortalecer a articulação dos CAEs com órgãos públicos estratégicos para a fiscalização, a defesa da legalidade e o combate à corrupção, tais como os Ministérios Públicos e Controladorias Gerais da União. O objetivo é assegurar que os conselheiros possam desempenhar suas atribuições com segurança, livres de retaliações, ou, ainda, sem que sejam impedidos de atuar por falta de apoio das Entidades Executoras. O encontro também reforçou que a existência e a regularidade do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) são exigências legais obrigatórias e constituem condição indispensável para que estados, municípios e o Distrito Federal recebam os repasses financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Com o foco voltado aos CAEs, o evento promoveu diversas articulações que reforçam o papel de cada ator do PNAE junto aos Conselhos de Alimentação Escolar, de modo a garantir que suas atribuições sejam desenvolvidas da melhor forma e em conformidade com a legislação vigente.

O Presidente do CAEAC e Coordenador Geral do IV Encontro, professor **Valquírio Firmino da Silva**, articulou com antecedência junto aos palestrantes, planejando cuidadosamente cada momento do evento para garantir a plena contemplação dos pontos destacados no tema central.

Durante todo o processo — do esboço inicial à execução — contou com o suporte essencial da equipe técnica do CAEAC, que esteve à frente da organização e condução das atividades. Participaram ativamente: Marlene Fernandes (secretária executiva), responsável pela organização da programação e pela sonoplastia; Josué de Freitas (assessor técnico), responsável pela condução do cerimonial; e Thaís Azevedo (secretária administrativa), responsável pelo credenciamento e registros fotográficos.

Além disso, o Vice-Presidente do CAEAC, **Miquéias Vasconcelos**, foi responsável pela condução do painel, atuando como moderador do diálogo entre nutricionistas e conselheiros dos CAEs.

O evento contou com o apoio fundamental da Sra. **Maria do Carmo de Lima Albuquerque**, presidente do CAE do município de Tarauacá, e de **Erlan Mourão**, secretário executivo do CAE de Tarauacá. Ambos se empenharam em dialogar com as autoridades locais e em articular toda a logística do espaço, incluindo decoração e limpeza, além da organização dos momentos de lanche servidos durante o evento.

A programação contou com a participação de conselheiros convidados da cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e do Estado de Rondônia, além de conselheiros e servidores públicos de diversos municípios do Acre, como Rio Branco, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Tarauacá.

Além disso, participaram conselheiros dos municípios de Feijó, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima.

Desenvolvimento do Evento - 1º Dia 12 de agosto de 2026

O IV Encontro Estadual de CAEs foi marcado por uma programação intensa e enriquecedora. No primeiro dia, o evento contou com seis palestras que abordaram temas centrais para o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar. Já no segundo dia, a programação incluiu um painel de diálogo, no qual nutricionistas e conselheiros puderam trocar experiências e discutir desafios e soluções, promovendo um debate rico e colaborativo. Houve também um espaço dedicado aos relatos de experiências dos presidentes de CAEs, em que conselheiros de diferentes municípios compartilharam suas vivências locais. Cada um desses momentos trouxe reflexões relevantes sobre fiscalização, autonomia e articulação institucional, proporcionando aos participantes uma visão ampla e prática das atribuições dos CAEs.

A seguir, apresentamos um breve destaque de cada palestra realizada, bem como dos momentos de diálogo no painel e na mesa-redonda:

Palestra 1:

“O papel do CAE e sua articulação com os demais atores do PNAE”

Palestrante: **Manoel Magalhães Teixeira** – Vice-presidente do CAE de Rio Branco, Acre.

O conselheiro **Manoel Magalhães** compartilhou sua experiência prática e trouxe uma reflexão sobre o papel dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em sua fala, destacou as atribuições dos atores do PNAE, explicando de forma clara as responsabilidades de cada ator envolvido no programa, desde o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestores municipais, nutricionistas, agricultores familiares, manipuladores e conselheiros, ressaltando como cada função se conecta para garantir a efetividade da política pública. Enfatizou ainda a importância do diálogo permanente entre os conselhos e os demais atores, mostrando que a cooperação é essencial para assegurar transparência, fiscalização adequada e a qualidade da alimentação escolar.

Diante das atribuições desenvolvidas pelos CAEs, o palestrante destacou a responsabilidade dos conselhos quanto ao monitoramento e à fiscalização das ações do PNAE. Ressaltou também a importância da notificação aos órgãos de controle sempre que forem identificadas irregularidades, bem como o compromisso com a transparência das atividades realizadas. Além disso, enfatizou a necessidade de uma análise criteriosa das prestações de contas, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma correta e em conformidade com a legislação. Esse conjunto de responsabilidades fortalece a credibilidade dos CAEs e assegura a efetividade do programa.

Palestra 2:

“Autonomia Financeira do CAE: condição para efetividade de suas atribuições”

Palestrante: **Marcos Paulo Felício** – Secretário Executivo do CAE de São Gonçalo, Rio de

Janeiro.

O Secretário Executivo do CAE de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Sr. **Marcos Paulo Felício**, foi convidado a palestrar sobre a autonomia financeira dos CAEs, destacando sua relevância para a efetividade das atribuições desses colegiados. Em sua exposição, apresentou como se deu todo o procedimento no CAE de São Gonçalo, atualmente o único no Brasil a possuir autonomia financeira. Essa conquista abre precedentes para que outros conselhos estaduais e municipais também possam alcançar tal condição. Felício explicou que, para conquistar essa autonomia, foi necessário seguir um processo estruturado de criação de CNPJ para o colegiado. Com isso, os recursos passam a ser destinados diretamente pela prefeitura ou pelo Estado à pessoa jurídica que o CAE se torna, eliminando a necessidade de solicitar repasses à Entidade Executora para garantir infraestrutura e funcionamento. Ele ressaltou que essa autonomia não exime os CAEs de suas responsabilidades: ao contrário, reforça a necessidade de executar suas atribuições com rigor e prestar contas dos recursos recebidos, garantindo transparência e responsabilidade. Além disso, confere ao colegiado maior liberdade na definição de suas ações, superando limitações que muitas vezes decorrem da indisponibilidade de recursos por parte da Entidade Executora.

Esta palestra abre caminhos para que os CAEs não apenas do Estado do Acre, mas de todo o Brasil, possam buscar essa possibilidade de autonomia financeira. Tal conquista fortalece a participação em eventos formativos, como este IV Encontro, que se consolida como um marco inspirador para o aprimoramento das atribuições dos colegiados.

Palestra 3:

“Agricultura Familiar e o PNAE: desafios, oportunidades e o papel estratégico do CAE”

Palestrante: **Eclínio Furtado do Nascimento** – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Marechal Thaumaturgo.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Marechal Thaumaturgo, Sr. **Eclínio Furtado**, apresentou uma palestra enriquecedora, compartilhando a experiência real do município na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ele destacou que Marechal Thaumaturgo já se afirma como referência nacional pela qualidade da alimentação escolar e pelo fortalecimento da agricultura familiar, resultado dos incentivos implementados no município.

O município de Marechal Thaumaturgo se destaca como referência nacional pela qualidade da alimentação escolar e pelo incentivo constante à agricultura familiar. Em sua fala, explicou brevemente o que é o PNAE, considerando que outras palestras também abordaram a natureza do programa, e concentrou-se em mostrar as oportunidades que ele oferece para os agricultores familiares.

Entre os benefícios apontados estão:

- Mercado garantido para os fornecedores, com vendas diretas ao poder público;
- Pagamentos formalizados, que asseguram segurança financeira;
- Planejamento da produção, permitindo maior organização;
- Geração de renda e fortalecimento das organizações locais.

Para que isso se concretize, Furtado detalhou o passo a passo do processo, desde a abertura da chamada pública até as etapas que os fornecedores precisam cumprir para participar. Ressaltou ainda o apoio oferecido pelas equipes técnicas do município, que acompanham os agricultores para evitar desistências e garantir que sigam firmes no processo de comercialização.

Os pontos positivos destacados incluem:

- Fortalecimento da agricultura familiar e indígena, com renda estável e estímulo a práticas agroecológicas;
- Alimentação saudável nas escolas, com cardápios diversificados e produtos regionais que respeitam a cultura alimentar local;
- Transparência e controle, por meio de contratos que exigem notas fiscais e termos de recebimento, assegurando a prestação de contas ao FNDE.

Atualmente, mais de 170 agricultores fornecem alimentos para os alunos, tornando o município um modelo inspirador para todo o Brasil.

Palestra 4:

“Parcerias estratégicas com órgãos de Controle Externo: garantia da atuação plena e segura dos CAEs”

Palestrante: **Nilberto Nilson de Matos Mendes** – Coordenador do Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção – NAOP, da Controladoria Geral da União – Regional Acre – CGU/AC.

O Coordenador da NAOP, Sr. **Nilberto Nilson**, apresentou uma palestra sobre as parcerias que os CAEs podem estabelecer com órgãos de controle externo, visando garantir a plena execução de suas atribuições e proteger-se contra possíveis obstáculos ou retaliações que comprometam a efetividade do Controle Social.

Ele ressaltou a importância desses esclarecimentos, pois permitem que os conselheiros recebam orientações sobre como proceder em diversas situações, especialmente no que se refere às leis vigentes relacionadas à execução do PNAE e às atribuições dos CAEs.

Nilson destacou ainda que inconsistências identificadas pelos conselhos na análise da Prestação de Contas, quando resultam em parecer conclusivo reprovado, podem ser encaminhadas ao canal de atendimento do Fala.BR — plataforma oficial do Governo Federal para manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação. Por meio dela, qualquer cidadão pode registrar denúncias, reclamações, sugestões, elogios ou solicitar informações a órgãos públicos, funcionando como um canal direto de comunicação com a administração pública. Além disso, tais inconsistências também podem ser encaminhadas ao Ministério

Público Federal.

Ao final, o coordenador colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que os CAEs possam ter. Mesmo estando na capital, reforçou que permanece disponível para atender às demandas dos municípios do Estado do Acre.

Palestra 5:

“Descentralização dos recursos da alimentação escolar e o papel do CAE”

Palestrante: **Maria Aucinete Nepomucena da Silva** – Nutricionista Responsável Técnica do PNAE – SEDUC/Rondônia.

A Nutricionista Responsável Técnica do PNAE – SEDUC/Rondônia, Sra. **Maria Aucinete Nepomucena**, trouxe ao evento uma contribuição valiosa ao compartilhar experiências vivenciadas no Estado de Rondônia sobre a gestão da alimentação escolar.

Ela destacou que o modelo adotado em Rondônia é descentralizado, o que exige maior agilidade e transparência. Após o repasse dos recursos federais e o recebimento pela entidade executora — que, nesse modelo, se torna a entidade mantenedora — o prazo para repasse às contas dos Conselhos Escolares de cada unidade é improrrogável, demandando eficiência na execução.

A palestrante ressaltou que a gestão descentralizada requer acompanhamento técnico constante, estruturado por meio de uma rede de superintendências. Nesse contexto, o papel do Responsável Técnico (RT) é indispensável, pois cabe a esse profissional realizar a avaliação e o planejamento, gerir os cardápios, oferecer apoio técnico nas aquisições e assegurar a qualidade da alimentação escolar. O trabalho do RT é considerado um verdadeiro pilar da gestão descentralizada.

Em relação ao CAE de Rondônia, Maria Aucinete enfatizou que os conselheiros funcionam como uma bússola do controle social, garantindo transparência e cumprimento das leis. Ela reforçou que tanto a execução técnica quanto a fiscalização social devem manter um diálogo constante, formando um elo essencial: de um lado o responsável técnico; de outro o CAE, como instância de controle social; e, ao centro, o objetivo maior — a segurança alimentar e a oferta de uma alimentação de qualidade aos estudantes.

Palestra 6:

“Boas práticas de prestação de contas da alimentação escolar na SEDUC/RO”

Palestrante: **Bárbara Suelen Rocha Rangel** – Gerente de prestação de contas da alimentação escolar – SEDUC/RO

Com a palestra intitulada “Boas práticas de prestação de contas da alimentação escolar na SEDUC/RO”, a Sra. **Bárbara Suelen**, Gerente de Prestação de Contas da Alimentação Escolar da SEDUC/Rondônia, compartilhou experiências exitosas do Estado na área de prestação de contas.

Em sua fala, destacou que a principal boa prática é não deixar a prestação de contas para o final da execução. A documentação deve ser produzida e conferida continuamente, ao longo de todo o processo, o que reduz significativamente diligências e inconsistências. Nesse sentido, etapas como planejamento, contratação, recebimento, pagamento e registros precisam ser acompanhadas e registrados de forma sistemática.

Ela alertou que tratar a prestação de contas como um evento final gera acúmulo de pendências, dificulta a rastreabilidade e aumenta o risco de diligências. Já a abordagem processual distribui o esforço ao longo da execução e garante maior consistência documental. Uma prática exemplar é a própria SEDUC/RO não esperar a chegada da prestação de contas para identificar problemas, mas sim realizar o acompanhamento de indicadores durante a execução, trabalhando com alertas preventivos.

Além disso, a SEDUC promove capacitações voltadas ao preenchimento e gestão eficiente de planilhas de acompanhamento, reforçando a importância dessas ferramentas para o controle preventivo.

Diante da apresentação, fica evidente a organização da SEDUC/RO em todos os aspectos relacionados às boas práticas de prestação de contas da alimentação escolar, tornando-se um modelo a ser seguido e replicado por outras entidades executoras que optem pela gestão descentralizada.

Desenvolvimento do Evento - 2º Dia 13 de agosto de 2026

Painel

“O papel do Responsável Técnico do PNAE e sua articulação com o CAE”

Mediador: **Miquéias de Oliveira Vasconcelos** – Vice-presidente do CAEAC e Coordenador Estadual do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar (FNCAE)

Participaram deste painel os nutricionistas **Francisco Jorge de Araújo**, Responsável Técnico do município de Jordão/AC, e **Maria Aucinete Nepomucena**, RT da SEDUC/RO, além dos conselheiros **Evilândia Queiros Dias**, presidente do CAE de Jordão/AC, e **Joelson Chaves**, vice-presidente do CAE do Estado de Rondônia.

Com a mediação de **Miquéias Vasconcelos**, foram conduzidas perguntas aos painelistas direcionadas ao papel de cada um e à necessidade de articulação entre RTs e conselheiros. O debate evidenciou que essa integração é fundamental para o bom desempenho das atribuições de ambos, garantindo apoio mútuo e fortalecendo o objetivo maior: a oferta de uma alimentação escolar saudável e de qualidade aos estudantes.

Manifesto de Repúdio à Resolução nº 04/2026 do PNAE

Antes do segundo momento do dia, os presidentes do CAE/AC, professor Valquírio Firmino; do CAE/RO, Vladimir Oliani; e do CAE de São Gonçalo/RJ, Sr. Antonio Caetano, apresentaram aos presentes a situação decorrente da nova redação da Resolução nº 04/2026 do PNAE.

Em seu artigo 43, a resolução estabelece que:

I – a partir de 2027, os mandatos dos Conselhos de Alimentação Escolar em todo o território nacional serão unificados, compreendendo o primeiro quadriênio de 1º de novembro de 2027 a 31 de outubro de 2031, e assim sucessivamente;

II – excepcionalmente, para a transição da regra, os mandatos vigentes em 31 de outubro de 2027 serão concluídos, independentemente do período definido em eleições anteriores, para fins de adequação ao inciso I.

Após ampla discussão, foi deliberado um manifesto de repúdio às disposições apresentadas, especialmente quanto à unificação dos mandatos dos conselhos. O movimento tem como objetivo dar voz aos conselheiros e solicitar a revogação dessa determinação, propondo que seja construída uma alternativa mais adequada e participativa.

Uma das alternativas possíveis seria a prorrogação dos atuais mandatos até o ano de 2030, permitindo que, a partir desse marco, fosse realizada a unificação dos mandatos em âmbito nacional. Alternativamente zerar todos os mandatos dos atuais conselheiros, possibilitando que todos possam concorrer nas eleições previstas para 2027.

Os presentes ressaltaram a relevância dos Conselhos de Alimentação Escolar em todo o país, bem como o papel fundamental de seus membros — voluntários e agentes imparciais — na fiscalização e garantia da correta execução do PNAE. Uma decisão dessa magnitude não poderia ter sido tomada sem prévia análise e diálogo com os atores diretamente envolvidos.

Entende-se que a nova resolução, ao reduzir arbitrariamente os mandatos, causa lesão concreta ao direito coletivo, prejudica a continuidade da fiscalização e compromete a participação social, pilares essenciais para a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Com este evento, os Conselhos de Alimentação Escolar, à frente deste manifesto, mobilizarão todos os CAEs estaduais do país para que articulem, em conjunto, os CAEs municipais. Dessa união, nascerá uma mobilização nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar de todo o Brasil, com o propósito de exigir uma manifestação do FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão responsável pela execução do PNAE — e do MEC — Ministério da Educação, instância máxima da política educacional brasileira. Ambos são de vital importância para a garantia da alimentação escolar e para a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Mesa Redonda

“Relatos de Experiências dos Presidentes de CAEs”

Coordenador: **Valquírio Firmino da Silva** –Presidente do CAEAC

Participaram desta mesa-redonda 11 presidentes de Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), que compartilharam suas experiências, expondo tanto os desafios enfrentados quanto os avanços conquistados na execução de suas atribuições.

Foi um momento marcado pela alegria e entusiasmo dos conselheiros, que reconheceram

o caráter formativo do encontro. Para aqueles que participaram pela primeira vez de um evento dessa natureza, a experiência representou uma oportunidade única de compreender de forma mais ampla as atribuições dos CAEs e reconhecer sua relevância no fortalecimento do Controle Social. Já para os mais experientes, foi um espaço de troca de vivências e de fortalecimento das ações já desempenhadas, além de permitir a visualização de novos avanços para os próximos anos.

Esse momento se consolidou como um dos pontos altos do evento, reafirmando o papel do CAEAC em promover espaços de diálogo e formação contínua.

Presidentes participantes:

Valquírio Firmino – CAE do Estado do Acre

Vladmir Oliani – CAE do Estado de Rondônia

Antonio Caetano – CAE de São Gonçalo/RJ

Maria do Carmo – CAE do município de Tarauacá/AC

Izerlândia Moura – CAE do município de Feijó/AC

Vanuza Carvalho – CAE do município de Santa Rosa do Purus/AC

Maria Vanderlina – CAE do município de Cruzeiro do Sul/AC

Maria do Socorro – CAE do município de Manoel Urbano/AC

Maria Oderlândia – CAE do município de Mâncio Lima/AC

Ednaldo de Souza – CAE do município de Rodrigues Alves/AC

Evilândia Queiros – CAE do município de Jordão/AC

Destaca-se que a ausência de maior participação de presidentes e conselheiros de outros CAEs não se deu por falta de divulgação do evento, mas sim pela ausência de apoio das Entidades Executoras. Com ampla antecedência, todos os conselhos municipais do Estado foram devidamente notificados sobre a realização deste evento e se organizaram junto às EEx para viabilizar sua presença. Contudo, a falta de suporte efetivo por parte das Entidades Executoras acabou por limitar a participação, o que merece registro e reflexão.

Resultados e Impacto

O IV Encontro Estadual dos Conselhos de Alimentação Escolar do Acre consolidou-se como um marco para o fortalecimento do Controle Social no âmbito do PNAE. Entre os principais resultados e impactos observados, destacam-se:

- Fortalecimento da autonomia dos CAEs: A experiência de São Gonçalo/RJ inspiram conselheiros do Estado do Acre a buscar a criação de CNPJs para garantir autonomia financeira, ampliando a capacidade de atuação dos colegiados;
- Valorização da agricultura familiar e indígena: O relato de Marechal Thaumaturgo/AC mostrou que é possível integrar centenas de agricultores ao PNAE, garantindo renda, organização produtiva e cardápios diversificados e saudáveis para os estudantes;

- Integração com órgãos de controle externo: A palestra da CGU/AC reforçou a importância das parcerias com instituições de fiscalização dos recursos federais, fortalecendo a segurança jurídica e a transparência das ações dos conselhos;
- Gestão descentralizada como modelo de eficiência: A experiência de Rondônia demonstrou que a descentralização exige agilidade, acompanhamento técnico e papel central do Responsável Técnico (RT), garantindo qualidade e segurança alimentar;
- Boas práticas de prestação de contas: A SEDUC/RO apresentou estratégias preventivas e processuais que reduzem inconsistências e fortalecem a credibilidade das entidades executoras, servindo de modelo replicável para outros estados e municípios.
- Formação e troca de experiências: O encontro proporcionou espaço único de capacitação, diálogo e compartilhamento de práticas exitosas, fortalecendo a rede de conselheiros e gestores do PNAE.

Encerramento e Agradecimentos

O evento cumpriu plenamente seu objetivo de promover reflexão e debate sobre os desafios e oportunidades dos Conselhos de Alimentação Escolar. Mais do que palestras, foi um espaço de aprendizado coletivo, de articulação institucional e de inspiração prática, reafirmando que a autonomia e as parcerias são pilares para a efetividade do Controle Social.

Diante disso, em nome do Conselho de Alimentação Escolar do Acre, a presidência manifesta seus sinceros agradecimentos:

Aos palestrantes que compartilharam suas experiências e conhecimentos;

Aos conselheiros e gestores que participaram ativamente, vindos de diferentes municípios do Acre, de Rondônia e de São Gonçalo/RJ;

À Prefeitura de Tarauacá, à SEE/AC e às representações locais pelo apoio institucional;

À equipe técnica do CAEAC e do CAE de Tarauacá, que garantiram a organização impecável do evento;

Aos agricultores familiares e nutricionistas, que são partes essenciais da execução do PNAE;

E, sobretudo, a todos os participantes, que com dedicação e compromisso reafirmaram a importância do Controle Social para uma alimentação escolar de qualidade e para a construção de um futuro mais justo e saudável para os estudantes.



Valquírio Firmino da Silva
Presidente do CAE/AC
Decreto nº 10.190-P/2025

Valquírio Firmino da Silva